Município de
Resende

CADERNO DE ENCARGOS

Procedimento: CPU_01/2020

"Execução dos trabalhos de gestão de combustível da candidatura ao PDR2020 – Operação 8.1.3 Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos – Instalação de Rede Primária e Secundária"- CPU_01/2020

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO Refª CPU_01/2020

"Execução dos trabalhos de gestão de combustível da candidatura ao PDR2020 – Operação 8.1.3 Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos – Instalação de rede Primária e Secundária" - CPU_01/2020

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capitulo I - Disposições Gerais

Cláusula 1.ª
Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, por concurso público, que tem por objeto a execução dos trabalhos de gestão de combustível da candidatura ao PDR2020 – Operação 8.1.3 Prevenção da floresta contra agentes abióticos e bióticos – Instalação de Rede Priméria e Secundária, pelo período de 180 dias, nos termos das Especificações Técnicas – Anexo A.

3. Atento o disposto nos números anteriores, o prestador de serviços obriga-se à prestação de serviços, de acordo com os termos previstos neste caderno de encargos, e na proposta adjudicada.

Cláusula 2.ª
Entidade Pública Contratante

A entidade adjudicante é o Município de Resende, NIPC 506 349 381, sedeado no Edifício dos Paços do Concelho, Avenida Rebelo Moniz, 4660-212 Resende, com o telefone 254 240 930, fax 254 877 424 e com o endereço de correio eletrónico aprovisionamento@cm-resende.pt.

Cláusula 3.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, regendo-se pelo estabelecido no Código dos Contratos Públicos, doravante designado por CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;

c) O presente caderno de encargos;

d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3. Em caso de divergências entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergências entre os documentos referidos no número 2 anterior e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do referido diploma legal.

Cláusula 4.ª

Prazo

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, tais como a garantia dos serviços.

Capitulo II - Obrigações Contratuais

Secção I - Obrigações do Adjudicatário

Cláusula 5.ª

Obrigações Principais do Adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário, as seguintes obrigações principais:

a) Obrigação de prestar os serviços identificados na sua proposta;

b) Obrigação do cumprimento do prazo proposto;

c) Obrigação da garantia dos serviços objeto do contrato;

Cláusula 6.ª

Conformidade e Operacionalidade dos Serviços

1. O adjudicatário obriga-se a prestar os serviços objeto do contrato com as características necessárias para os serviços propostos no presente caderno de encargos.

2. Os serviços que constituem objeto de contrato a celebrar devem ser prestados em condições.

3. O adjudicatário é responsável perante o Município de Resende, por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato, que se verifique no momento em que os mesmos lhe são entregues.

Cláusula 7.ª

Verificação da Execução

1. As operações de verificação dos serviços têm por objeto comprovar a conformidade dos serviços prestados.

2. As operações de verificação qualitativa têm por objeto comprovar a conformidade da qualidade dos serviços fornecidos com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no caderno de encargos bem como as legalmente exigidas.

3. O Município de Resende poderá efetuar, no período do serviço, as operações de verificação quantitativa e qualitativa que necessitem apenas de um exame sumário.

Cláusula 8.ª

Discrepâncias

1. No caso de os serviços prestados não satisfazerem os requisitos e exigências legais, ou no caso de se verificarem discrepâncias relativamente às definições constantes da proposta adjudicada deve o Município de Resende informar, por escrito, o adjudicatário.

2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua substituição no prazo que lhe for determinado pelo Município de Resende, às substituições necessárias para garantir o serviços na data prevista.

3. Na situação prevista no número anterior e, caso o adjudicatário não proceda à regularização do serviço em tempo útil, o Município de Resende efetua novo procedimento destinado à substituição dos serviços, nos termos dos n.^{os} 2 e 3 do art.º 325 do Código dos Contratos Públicos aplicando ao Adjudicatário faltoso as penalidades definidas na Cláusula 16.ª do presente caderno de encargos.

Cláusula 09.ª

Patentes, Licenças e Marcas Registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

2. Caso a entidade pública venha a ser demandada por, na execução do contrato celebrado, ter infringido, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, fica o adjudicatário obrigado a pagar a indemnização devida correspondente a todas as despesas que o Município de Resende devam efetuar e todas as quantias que devam pagar, seja a que título for, em consequência daquela infração.

Cláusula 10.ª

Dever de Sigilo

1. O adjudicatário garantirá o sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relacionadas com a atividade do Município de Resende, de que possa ter conhecimento, ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. O adjudicatário é responsável pelo cumprimento do dever de sigilo por parte dos seus colaboradores, independentemente da natureza do vínculo subjacente a essa colaboração, inclusivamente após a cessação desta e independentemente da causa de cessação bem como em caso de violação do dever de sigilo por parte de terceiros por si subcontratados ou por colaboradores desses terceiros.

4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido da autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 11.ª

Prazo do Dever de Sigilo e Proteção de Dados

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

O Adjudicatário é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do parlamento Europeu e do Concelho de 27 de abril de 2016 (RGPD).

Secção II - Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 12.ª

Preço Base e Preço Contratual

1. O parâmetro base do preço contratual referido no n.º 1 do art. 47.º do CCP é fixado em **139.417,53 € (cento e trinta e nove mil quatrocentos e dezassete euros e cinquenta e três cêntimos),** não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado.
2. O valor proposto será considerado anormalmente baixo quando corresponder a um montante 50% inferior ao constante no número anterior.
3. Pela prestação dos serviços que constituem objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Resende deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
4. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, nomeadamente os relativos ao transporte para o respetivo local de entrega.

Cláusula 13.ª

Condições de Pagamento

1. A quantia devida pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga após a receção por este município da correspondente fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva, devendo a sua data de vencimento apresentar um prazo de pelo menos 30 dias.

2. Para o efeito do número anterior, considera-se vencida a obrigação com a entrega dos serviços objeto do contrato.

3. Em caso de discordância, relativamente aos valores indicados nas faturas, a entidade adjudicante, comunicará ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. As faturas devem conter as seguintes informações:

a) Designação e endereço do adjudicatário;

b) Data e número da fatura;

c) A referência e designação do procedimento ou a requisição externa, se aplicável;

d) O preço antes e depois de todos os impostos;

e) A taxa e o valor do imposto sobre o valor acrescentado (IVA);

f) Referência ao número de compromisso.

5. As faturas que não cumpram estas disposições podem ser devolvidas.

6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos n.ºs 1 e 4 da presente cláusula, as faturas serão pagas através de cheque ou transferência bancária.

Capitulo III - Penalidade Contratuais e Resolução

Cláusula 14.ª

Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário, sem prejuízo do seu direito de rescindir o contrato, o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária que poderá ir até 20% do valor contratual.

3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

4. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15ª

Casos Fortuitos, de Força Maior ou Conflitos Laborais

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações e ou obrigações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, devidamente comprovado e aceite, entendendo-se como tal as circunstâncias ou acontecimentos, imprevisíveis e excecionais, independentes das vontades das partes, e que não derivem de falta ou negligência de qualquer delas, que impossibilitem a respetiva realização, porquanto alheios à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, caso se verifiquem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, nomeadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais.

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias ou acontecimentos que possam consubstanciar casos de força maior deve ser, imediatamente, comunicada à outra parte, por escrito, informando sobre o prazo previsível para restabelecer a situação.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

6. Em caso de greve ou outros conflitos de trabalho, limitados à/s empresa/s do adjudicatário, serão aplicadas as penalidades previstas na cláusula 16.ª por não cumprimento das obrigações contratuais.

Cláusula 16.ª
Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. A entidade adjudicante pode resolver o contrato quando ocorra qualquer circunstância que leve à perda da confiança entre si e o adjudicatário.

3. O direito de resolução exerce-se mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida ao adjudicatário, da qual consta a indicação da situação de incumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu conhecimento pela entidade adjudicante.

4. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba à entidade adjudicante, nos termos gerais de direito.

Cláusula 17.ª

Resolução por parte do Adjudicatário

1. O adjudicatário pode resolver o contrato quando ocorra qualquer circunstância que leve à perda da confiança entre si e a entidade adjudicante.

2. O direito de resolução exerce-se mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à entidade adjudicante, da qual consta a indicação da situação de incumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu conhecimento pelo adjudicatário, salvo se esta cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Capitulo IV - Caução

Cláusula 18ª

Caução

1. Não é exigível prestação de caução ao abrigo do art. 88.º, n.º 2 do CCP.

2. A entidade adjudicante pode, caso considere conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar, conforme o previsto no art. 88.º, n.º 3 do mesmo diploma legal indicado no n.º anterior.

Capitulo V - Resolução de Litígios

Cláusula 19.ª

Foro Competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capitulo VI - Disposições Finais

Cláusula 20.ª

Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.
2. Caso o adjudicatário, por razões de natureza excecional, necessite de realizar quaisquer partes de serviços por subadjudicação ou por tarefa, requererá previamente, como indicado no número anterior, a autorização à entidade adjudicante, indicando o fornecedor, prestador ou tarefeiro a que pretende recorrer. Deve fazer acompanhar tal solicitação de elementos comprovativos e esclarecedores da necessidade invocada e da capacidade e competência do sub-adjudicatário que propõe.
3. A entidade adjudicante reserva-se no direito de aceitar ou não a utilização dos sub-adjudicatários propostos, tendo em consideração o previsto no art. 320.º do CCP.
4. No caso de existir subcontratação, o cocontratante permanecerá integralmente responsável perante a entidade adjudicante, pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.

Cláusula 21.ª

Comunicações e Notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contrato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.ª

Contagem de Prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados, salvo indicação expressa em contrário.

Cláusula 23.ª

Legislação Aplicável

O presente contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos, bem como pelas disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza dos bens e serviço a contratar, vigentes na legislação portuguesa.

Cláusula 24.ª

Gestor do Contrato

Para acompanhar permanentemente a execução do contrato é nomeado gestor do contrato a Célia Filipa Loureiro Ferreira.

PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

PLANO DE INTERVENÇÃO EM REDE PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

CANDIDATURA OPERAÇÃO 8.1.3–PREVENÇÃO DA FLORESTA CONTRA AGENTES BIÓTICOS E ABIÓTICOS.

Índice

Cláusula 1.ª Objetivo……...…16
Cláusula 2.ª Proposta de Trabalhos……..17
Cláusula 3.ª Descrição dos Trabalhos……...17

Anexo I – Localização das Intervenções……..……19

Cláusula 1.ª

Objetivo

1. A execução da Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível funciona como um elemento estruturante da paisagem rural, planeado e desenhado a uma escala distrital, de modo a que possa cumprir funções, no que respeita à defesa de bens, pessoas e espaço florestal. Visa essencialmente desempenhar a função de diminuição da área percorrida pelos incêndios, facilitando a intervenção em combate, para além de promover a defesa de infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial.
2. A execução da Rede Primária permitirá trabalhar na base ou na cumeada devido à predominância de combustíveis finos, associado a menores intensidades de chama, permitirá ainda uma amplitude de visão global da envolvente, facilitando a identificação do posicionamento das diversas equipas, bem como a definição clara dos pontos de ancoragem, assim como ser uma referência na paisagem e, facilitar o reabastecimento de água entre viaturas.
3. Esta infraestrutura, deverá possuir uma largura não inferior a 125 metros, desenvolve-se em espaços rurais e pretende-se que seja contínua. Os troços de rede primária a executar são aqueles que, na área do concelho, apresentam ocupação florestal constituída por matos e/ou coberto arbóreo que necessita de intervenção ao nível da densidade e da formação de fustes e copas. As áreas intermédias sem intervenção são agrícolas e/ou sociais.

Cláusula 2.ª

Proposta de Trabalhos

1 – Encontram-se definidos diferentes tipos de intervenção, num total de 98 hectares, numa faixa de cerca de 60 metros para cada lado da berma da via, de acordo com a ocupação do solo, sendo estes:

- Controlo da Vegetação espontânea;

- Correção de densidades excessivas;
- Desramação;
- Podas de formação; e
- Eliminação de sobrantes.

2 - É de salientar o facto de as ações propostas incidirem somente na gestão dos combustíveis existentes não envolvendo, em circunstância alguma, qualquer tipo de mobilização do solo.

Cláusula 3.ª

Descrição dos Trabalhos

1- As orientações técnicas para as operações de silvicultura previstas na instalação dos troços de Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível, estão preconizadas no manual "REGRAS TÉCNICAS PARA O PLANEAMENTO DA REDE PRIMÁRIA DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL", nomeadamente no ponto 4 – Orientações Técnicas, que deve ser consultado na página do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas – ICNF. (http://www2.icnf.pt/portal/florestas/dfci/Resource/doc/cartografia-dfci/manual-RPFGC-20mai2014.pdf), bem como o anexo I do decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho na sua redação atual.

2- As operações de silvicultura previstas na instalação dos troços de Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível encontram-se a seguir detalhadas e, a sua localização encontra-se no Anexo I.

A. Controlo da Vegetação espontânea – dada a densidade de matos existente, proceder ao seu corte e remoção ou destroçamento, recorrendo a ferramentas mecânicas e moto manuais, tratores equipados com destroçadores de correntes ou martelos e motorroçadoras, respetivamente;

B. Correção de densidades excessivas – nas zonas em que a densidade excessiva do coberto arbóreo assim obrigue, realizar o abate seletivo de algumas das árvores existentes, recorrendo a motosserras;

C. Desramação – realizar a desramação nas árvores de futuro, com recurso com recurso a serrotes e/ou podadoras mecânicas. A desramação nunca incidirá em mais de 1/3 da altura das árvores;

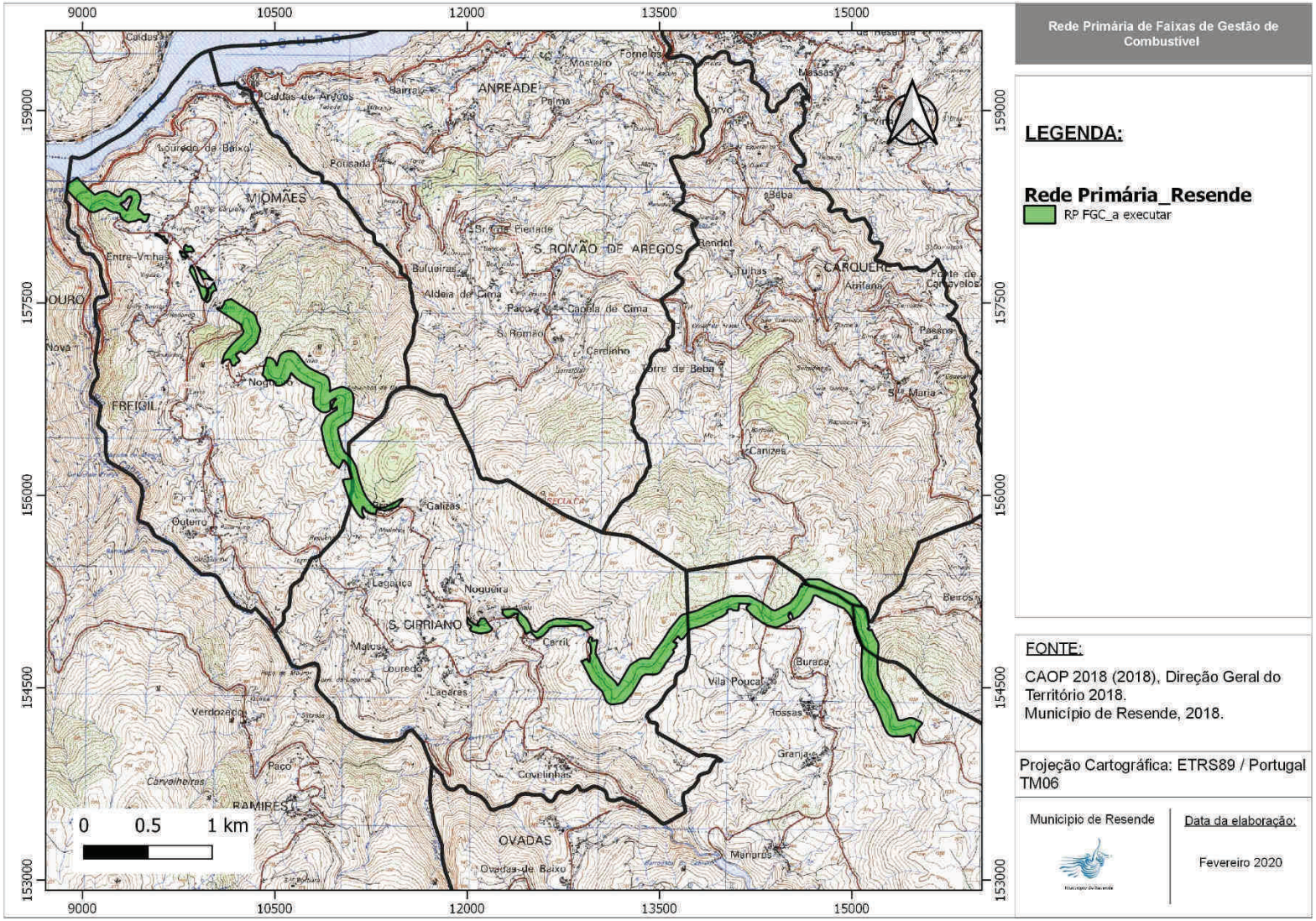
D. Podas de formação – realizar as podas de formação nas folhosas existentes (essencialmente carvalhos) cortando seletivamente os ramos que desequilibram o tronco por forma a obter um ajuste direito e de maior dimensão, recorrendo a serrotes e/ou podadoras mecânicas;

E. Eliminação de sobrantes – Todos os sobrantes resultantes das operações anteriormente descritas têm de ser retirados ou eliminados, de modo a diminuir a carga combustível existente e assim prevenir eventuais focos de incêndio. Caso se justifique, os sobrantes poderão ser retirados e transportados até uma unidade transformadora para posterior valorização, sendo os restantes eliminados, no local, com recurso a um destroçador acoplado a um trator.

Resende, 23 de Abril de 2020.

A Tec. Superior,
(Angelina Cardoso)

Assinado por : **ANGELINA DA CONCEIÇÃO FERREIRA RODRIGUES CARDOSO**
Num. de Identificação: BI106454862
Data: 2020.04.23 14:23:19+01'00'

CARTÃO DE CIDADÃO

Anexo I – Localização das intervenções.